

## **Economia Comportamental como ferramenta de Políticas Públicas: analisando o Programa Bolsa Família.**

*Thomas Ramiro*<sup>1</sup>

*Ramón Garcia Fernandez*<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo apontar aspectos da Economia Comportamental perante o campo de Políticas Públicas, indicando o papel da área não somente como crítica à economia *mainstream*, mas também como ferramenta para a formulação e análise de políticas. Para isso, vislumbra abordar aspectos básicos dessa subdisciplina da economia, citar alguns exemplos básicos, mas também se utilizar de uma política pública brasileira: o Programa Bolsa Família. Compreende-se que a economia comportamental expandiu sua área de efeito inicial, mas ainda necessita mais desenvolvimento para melhores resultados.

**Palavras-chave:** Economia Comportamental; Políticas Públicas; Programa Bolsa Família.

### **Introdução**

Os fundamentos da Economia Comportamental são mais antigos do que o próprio estabelecimento desta área como uma subdisciplina da economia, mas seu desenvolvimento se deu principalmente a partir do final do século XX. Daniel Kahneman e Amos Tversky (2012), seus principais expoentes, compreendiam que os indivíduos realizavam escolhas sub-ótimas ou até mesmo equivocadas, uma vez que possuiriam recursos cognitivos limitados, tais como a atenção ou a capacidade de cálculo. Dessa forma, postulou-se que os indivíduos são racionalmente limitados, o que não apenas constitui um choque à ideia do *Homo Economicus*, mas também estabelecia uma crítica fundamentalmente teórica à economia neoclássica.

Os estudos de Kahneman e Tversky ainda inspiraram uma série de estudiosos, como Richard Thaler, Cass Sunstein, Robert Shiller, George Akerlof, Sendhil Mullainathan, entre outros, que se utilizaram do que seria a "nova economia comportamental"<sup>3</sup> para pensar além da economia. Isto porque o embasamento para se realizar intervenções e políticas públicas encontra-se majoritariamente dentro desta teórica econômica padrão: a compreensão de que os indivíduos seriam racionais, realizando sempre as melhores escolhas para si acaba por suavizar ou até mesmo excluir a influência do meio e aspectos de falta de auto-controle, tempo, informações e seu processamento.

A observação primordial destes autores atuava no oposto disso: indicava que os indivíduos não atingiam a maximização perante suas escolhas, por exemplo falhando em trabalhar com o futuro, poupando pouco para a aposentadoria, se matriculando em academias e não as frequentando e etc. Nesse sentido, estabeleceu uma corrente dentro da economia comportamental que defende intervenções que possam guiar os indivíduos para essas situações de bem-estar, onde o indivíduo possa, de fato, atingir seus objetivos e melhorar a sua condição de vida.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP, mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC.

<sup>2</sup> Professor titular da UFABC.

<sup>3</sup> Há um debate que estes estudiosos teriam fundado a "nova economia comportamental", havendo um momento prévio onde se existia uma "velha economia comportamental", originárias dos estudos de Hebert Simon.

Thaler e Sunstein, por exemplo, elaboraram o chamado *nudge* e o termo paternalismo libertário, focando em concepções políticas, enquanto Shiller e Akerlof (2009) se propuseram a repensar a macroeconomia através de aspectos comportamentais, nos moldes dos “*animal spirits*” enunciados por Keynes e abordando medidas anti-crise. Dessa forma, ampliou-se o escopo: a economia comportamental expandia-se da crítica aos aspectos teóricos da economia neoclássica e rumava a um eixo prescritivo, nos termos de buscar iniciativas, práticas e até mesmo políticas para indivíduos e países.

As intervenções pensadas dentro da economia comportamental seriam pontuais, de baixo custo e com resultados consideráveis, porém, elas estavam ainda restritas a problemas e concepções dos países desenvolvidos: Thaler e Sunstein (2003), por exemplo, traçam o chamado paternalismo libertário de acordo com a dinâmica política norte-americana, enquanto que Shiller e Akerlof focam em intervenções mais pautadas no mercado financeiro. Esta realidade somente foi mudar através de iniciativas como a de Sendhil Mullainathan, que aliou economia comportamental e desenvolvimento, pensando iniciativas para o Terceiro Mundo.

Pensando sobre a questão da pobreza, Mullainathan (2006) aborda como o próprio ambiente, caracterizado pela escassez, acaba por limitar ainda mais os recursos cognitivos dos indivíduos. Isto porque populações mais vulneráveis teriam de enfrentar escolhas mais decisivas e limitadas durante o cotidiano, como a aplicação de seus poucos recursos, assim como teriam uma perspectiva ainda maior de almejar ganhos presentes em detrimento do futuro. Assim, intervenções teriam de ser feitas visando acompanhar estes indivíduos, além de providenciar um ambiente mais favorável à realização de boas escolhas.

É dessa forma que se pensa este trabalho: objetiva-se abordar a economia comportamental do desenvolvimento, aliando-a a uma política pública de amplo conhecimento e que age para combater a miséria, o Programa Bolsa Família. Para isso, porém, será necessário abordar brevemente alguns conceitos-chave da economia comportamental, algo que será realizado na primeira parte do trabalho. Prossegue-se, depois, para a área de economia comportamental do desenvolvimento, através da análise de tópicos teóricos e práticos dentro dos temas de educação e pobreza. Isto servirá como base para a análise do Programa Bolsa Família (PBF), uma vez que o mesmo também age de acordo com estes tópicos.

## **1. Princípios-chave da Economia Comportamental**

O pilar da Economia Comportamental, como dito, é a crítica ao *Homo economicus*. O seu início, porém, se deu através dos estudos de Daniel Kahneman e Amos Tversky (2012), que focaram na concepção da teoria da decisão racional, confrontando-a com um modelo de racionalidade limitada. Apesar disso já ter sido abordada por outros autores, como Hebert Simon, a forma de trabalho de Kahneman e Tversky se deu de outra forma, atingindo de forma mais efetiva o cenário acadêmico.

Partiu-se de uma concepção dual da tomada de decisão, algo que também já havia sido estudado, de certo modo, por Adam Smith<sup>4</sup>, mas dessa vez analisando erros dentro deste processo. Definindo um sistema como automático (Sistema 1) e outro como reflexivo (Sistema 2) é possível ver complicações no processo de tomada de decisão, isto porque, conforme indicam os nomes dos sistemas, um agiria quase de forma intuitiva, se utilizando de heurísticas, enquanto o outro é um processo lento, que se vale de cálculos racionais.

O trabalho inicial de Kahneman e Tversky foca justamente nessas heurísticas, “atalhos mentais” que ocorrem dentro do Sistema 1, em contrapartida a um Sistema 2 que não é utilizado com tanta frequência, conforme indicariam os testes dos autores. Isto ocorreria, segundo os autores, por questões de “recursos limitados”, seja informações ou mesmo tempo, o que faz com que o Sistema 1, fornecedor de respostas rápidas, se coloque no controle. Ocorre, porém, que os testes realizados pelos autores também revelaram potenciais erros derivados da utilização das heurísticas, podendo os mesmos serem replicáveis. A isso, os autores nomearam vieses.

Os indivíduos estariam sujeitos, ao utilizar as heurísticas, a respostas de acordo com sua própria experiência imediata (viés da disponibilidade), dados que pode não ser exatos ou correlacionados (viés da ancoragem) ou mesmo correlações duvidosas (viés da representatividade). Ainda mais interessante do que estes fatores, foi a noção de que o meio, seja através de contextos ou formulação das escolhas, também alteravam como os indivíduos encaravam e respondiam as perguntas, o que está presente no seu entendimento dentro da chamada “teoria dos prospectos”.

Kahneman e Tversky compreendem que os indivíduos fariam suas escolhas conforme situações de ganhos e perdas, tendo propensão ao risco em situações de perda e aversão ao mesmo em situações de ganho. Ocorre, porém, que a aversão ou propensão ao risco pode ser dependente de como as escolhas são apresentadas ao indivíduo. De acordo com a noção de escolhas realizadas dentro do Sistema 1, se a mesma for apresentada como perda, o indivíduo pode optar por um risco, enquanto que, caso for apresentada como ganho, o indivíduo optaria pela mesma.

Se por um lado estes estudos já se fazem de suma importância à econômica neoclássica, uma vez que indicam a violação do axioma de consistência da tomada de decisão dos indivíduos, eles também inspiraram uma série de autores a continuar explorando os impactos da tomada de decisão da economia do cotidiano. Um desses autores, um economista chamado Richard Thaler, se propôs, por exemplo, a estudar o que chamou de “efeito dotação”: uma tendência dos indivíduos a valorizarem o que possuem ou onde estão, criando um viés de *status quo*, onde a possibilidade de uma piora (uma perda) após uma mudança, justificaria até a manutenção de uma situação desfavorável (THALER, 1981).

Nesse sentido é que Thaler, juntamente de Cass Sunstein, começou a pensar em como se utilizar desses *insights* da recém área de economia comportamental para auxiliar os indivíduos a atingirem situações mais confortáveis, melhores escolhas e até mesmo o bem-estar. Analisando como os mesmos, muitas vezes, falhavam em atingir escolhas ótimas ou

---

<sup>4</sup> Apesar de não estar vinculado ao processo de tomada de decisão, Smith compreendia uma divisão dual do indivíduo entre um elo racional e outro sentimental. Um como juiz do outro.

até mesmo escolhas de acordo com suas próprias vontades (o que corresponderia à sua visão de bem-estar) e levando em conta como estas escolhas acarretavam em problemas para os indivíduos, principalmente por que não era possível ter o devido aprendizado, surgira o *nudge* (THALER, SUNSTEIN, 2008).

Sendo uma “arquitetura de escolha”, ou seja, uma forma de guiar os indivíduos para escolhas tomadas como melhores, sem acarretar em custos para aqueles que não quiserem seguir o mesmo, o *nudge* se tornou uma das principais ferramentas dentro da relação entre Economia Comportamental e um eixo prescritivo (forma de levar os indivíduos a agir de acordo com o normativo). Sendo de baixos custos e fácil implementação, seria possível ser aplicado em áreas públicas e privadas, sendo o primeiro caso o mais interessante para o surgimento de outro novo conceito: o “paternalismo libertário”, também criado por Thaler e Sunstein (2003).

Estes autores pensariam formas de como criar essas pequenas intervenções (cutucões – a tradução mais direta de *nudge*) de forma a auxiliar os indivíduos perante suas escolhas. Regulações que visavam apresentar dados de forma mais clara, salientando informações mais importantes, utilização de mensagens normativas para indicar de imediato alguns *feedbacks*, mas também mecanismos visando combater o desconto hiperbólico, fator que faz com que indivíduos valorizem recompensas imediatas ao invés de futuras. São esses os pontos fundamentais dentro do seu pensamento, que é visível dentro de exemplos como o programa de poupança *Save More Tomorrow*, a regulação *Recap* e a utilização de doação de órgãos presumida.

No primeiro caso, visando combater o grande número de escolhas de planos de aposentadoria dentro dos EUA, Bernatzi e Thaler (2003) pensaram em um mecanismo de aposentadoria automático, que presumia uma contribuição mínima, reajustável de acordo com subsequentes aumentos salariais dos indivíduos. Caso os mesmos não quisessem participar mais do programa, poderiam se retirar quando quisessem, porém, o que se notou, no caso estudando, foi um aumento de opções pelo programa (e também da quantia poupada para o futuro). Assim, seria combatido o desconto hiperbólico, mas também seria facilitada a escolha do indivíduo, que antes possuiria muitas escolhas, complexas e que não forneceriam um *feedback* de aprendizado.

Já a regulação RECAP (THALER, SUNSTEIN, 2008), é um esboço que pode ser adotado para diferentes casos de planos fornecidos a clientes, visando combater um efeito dotação negativo, no sentido da manutenção de um *status quo* desfavorável. Conforme mencionam os autores, é recorrente que os indivíduos não estejam satisfeitos, por exemplo, com um plano telefônico, mas não possuem as devidas informações (ou o tempo) para mudar para um plano mais vantajoso. Além disso, as empresas fornecem suas informações por conta própria, salientando seus próprios dados de forma a atrair os clientes, deixando contrapartidas em “letras pequenas”. O RECAP entraria de forma a padronizar estes planos, por exemplo, salientando informações cruciais (custos, vantagens e desvantagens) e estando disponíveis em todas as fornecedoras de um serviço.

O exemplo de doação de órgãos presumida, por sua vez, é um dos maiores exemplos referentes ao aspecto do bem-estar; Johnson e Goldstein (2003) realizaram entrevistas com indivíduos em alguns países e notaram a pretensão dos mesmos em doar órgãos, porém, isso não acontecia de fato, acarretando em índices pequenos de doação. O que ocorria é que, muitas vezes, os indivíduos teriam essa vontade de doar órgãos, mas por recursos limitados (novamente tempo e informações) muitas vezes não se cadastravam no sistema. A solução proposta foi estabelecer a doação de órgãos como presumida, como ocorre em alguns países com índices maiores de doação, criando uma opção padrão de doação. Através da manutenção de um *status quo*, os indivíduos tendem a continuar com essa opção, enquanto que aqueles, por quaisquer motivos, não quiserem doar seus órgãos, podem partir para o “descadastramento”.

Estudos como estes ainda inspiraram uma outra gama de autores, como Sendhil Mullainathan, buscando pensar como a economia comportamental poderia agregar ao debate do desenvolvimento. Para além disso, em 2015, o próprio Banco Mundial lançou um relatório indicando como os achados comportamentais poderiam ser aplicados ao desenvolvimento e a superação de alguns quadros dentro de países subdesenvolvidos. São nesses esforços que focaremos a seguir.

## **2. Economia Comportamental e Desenvolvimento**

A análise dos temas do desenvolvimento e da pobreza é uma vertente mais recente dentro do campo de economia comportamental; Mullainathan (2006), por exemplo, possui um outro entendimento da lógica existente da pobreza, focando em países mais carentes. A compreensão que este autor tem é que indivíduos em situação de pobreza possuiriam os mesmos vieses e dificuldades, como falta de auto-controle e a racionalidade limitada, que outros indivíduos que se encontram em outras classes sociais, porém, em ambiente de escassez, os resultados de escolhas sub-ótimas podem ser piores.

O fenômeno da pobreza seria, portanto, compreendido de outra forma. Há crítica às teorias padrão, que entendem que ou os indivíduos realizam adaptações calculadas (racionais) nas circunstâncias prevalecentes ou que então há uma cultura da pobreza (BERTRAND; MULLAINATHAN; SHAFIR, 2004) e se coloca maior peso no próprio ambiente de escassez promovida pela pobreza. Assim, como aponta Mullainathan (2006), muitas vezes pais querem colocar seus filhos em escolas, mas encontram dificuldades objetivas, como falta de infraestrutura, mas também a necessidade de ter decisões “estressantes” perante o investimento do dinheiro. A visão de pobreza de Mullainathan, portanto, se aproxima ao conceito de “privação das capacidades” de Amartya Sen (2000), uma vez que estaria ligada à restrição da liberdade do indivíduo de “levar o tipo de vida que ela tem razão para valorizar.” (SEN, 2000, p. 109).

É dessa forma que ocorre a defesa da atuação do governo na elaboração de políticas públicas para a superação dessas condições, como apontam Bertrand, Mullainathan e Shafir (2004), que acreditam que devem ser providenciadas maneiras mais fáceis para que os indivíduos realizem suas escolhas de acordo com o que planejam e priorizem. Os autores

defendem a necessidade de se explorar políticas relativas à escolha padrão (*default*), que podem ter impacto significativo em diferentes áreas, como a de poupança, como no caso do *Save More Tomorrow*, mas também pensam em se utilizar de outros artifícios, como as chamadas “contas mentais”, onde um dinheiro é destinado para um devido fim (contrário ao princípio da fungibilidade, portanto).

Os autores também compreendem a necessidade de se facilitar o acesso dos indivíduos em condição de pobreza perante políticas de promoção do bem-estar, salientando informações cruciais, como o exemplo do RECAP, mas também facilitando formulários, pois as vezes há entraves burocráticos. O objetivo principal dos mesmos é fazer com que os indivíduos sejam chamados a determinadas políticas, combatendo as habituais procrastinações (BERTRAND; MULLAINATHAN; SHAFIR, 2004).

O objetivo central destes estudos, segundo Datta e Mullainathan (2014) é trazer novos escopos de análise às políticas de desenvolvimento, compreendendo que um entendimento maior do comportamento humano pode providenciar melhores políticas e, portanto, investimentos mais efetivos. Enumeram, ainda, sete princípios básicos para o desenho de políticas para o desenvolvimento, baseados nos fundamentos teóricos da economia comportamental: usar ferramentas de compromisso para facilitar o autocontrole, reduzir a necessidade por autocontrole, remover empecilhos nas escolhas, usar micro incentivos, reduzir a falta de atenção através de lembretes e outras formas, maximizar o efeito de mensagens e enquadrar mensagens de acordo com modelos mentais.

Esses pontos apontados acima reforçam, portanto, a importância do aspecto teórico dentro da área de economia comportamental e sua passagem para o campo prático, assim como a capacidade de entender questões relativas às heurísticas e vieses, contas mentais, desconto hiperbólico e outras questões abordadas nesse trabalho podem funcionar para diferentes tipos de países e sociedade. Mesmo assim, ao passo em que o contexto teórico pode ser o mesmo, a prática pode sofrer certas alterações nos termos de temas específicos onde se encontram os problemas a serem combatidos. Os tópicos abaixo, acerca da pobreza e educação, por exemplo, possuem vertentes gerais, mas que podem ser levadas ao PBF.

### 2.1. Pobreza

O estudo do Banco Mundial (2015) segue a mesma linha de Mullainathan, compreendendo que a pobreza não se encontra relacionada a uma simples lógica individual, onde a perpetuação da mesma estaria ligada a uma dinâmica de caráter e valores desviantes, mas sim correspondente a uma série de fenômenos, ainda não inteiramente compreendidos, principalmente porque pobreza não corresponderia somente a limitações em termos financeiros. Na visão relativa à questão da “mente, sociedade e comportamento”, título do relatório do Banco Mundial, e correspondente aos estudos da economia comportamental, deve-se pensar, por exemplo, nos custos cognitivos derivados das decisões enfrentadas pela população carente no cotidiano, assim como o ambiente e a vida social em que estes indivíduos se encontram.

Assim, retoma-se a questão do ambiente estressante a qual os indivíduos mais pobres se encontram, o que pode acarretar em resultados mais desastrosos perante escolhas sub-ótimas, porém, vai-se além: ao passo em que indivíduos em situações normais já se encontram limitados em termos de auto-controle e visualização de ganhos futuros perante decisões intertemporais, um indivíduo marginalizado sofre de maneira mais acentuada no mesmo quadro, priorizando ainda mais o presente em detrimento do futuro, acarretando, inclusive, em aspirações menores pelo indivíduo, assim como em sua impossibilidade de perceber melhores oportunidades, ainda segundo o relatório.

Este último ponto está ligado ao aspecto da estigmatização; a concepção que o indivíduo faz sobre sua própria identidade, por si mesmo e pela sociedade, contribui para a forma em que o mesmo encara as situações, limitando sua visão perante certas oportunidades. Robert Moffit (1983), por exemplo, realizou um estudo no qual indicou como certas famílias norte-americanas rejeitaram entrar em diferentes programas de auxílio (financeiro ou então de *food stamps*, por exemplo) por conta de um eventual estigma derivado dessa situação, permanecendo em uma situação desfavorável em prol da manutenção de uma visão mais “positiva” frente à sociedade.

Assim como outros estudiosos da economia comportamental, o estudo do Banco Mundial também indica a importância de se levar em conta essas questões de cunho cognitivo e de influência social, indicando que há diversas políticas que visam combater a pobreza em vigor, mas que não se preocupam com o agravamento de custos cognitivos, por exemplo, assim como a constante depreciação cometida pelo resto da sociedade e até mesmo pelo próprio indivíduo no momento em que é estigmatizado. Sendo assim, o Banco Mundial sugere questões mais pontuais visando a modificação de políticas já existentes, através de três tópicos: a minimização dos custos cognitivos para indivíduos pobres, a busca por se evitar visões depreciativas, e a incorporação do contexto social.

O primeiro tópico, embasado nos estudos de Mullainathan, mas também de Thaler e Sunstein (em outro contexto) diz respeito à simplificação de contratos, procedimentos e a divulgação e tratamento de informações entre outros. O Banco Mundial (2015) defende a necessidade de se facilitar o acesso aos benefícios oferecidos às populações mais carentes, havendo, portanto, a ênfase em se salientar informações e simplificar os formulários, como no exemplo RECAP. Ao passo em que isso já foi abordado previamente, o relatório indica outra ação, a ser realizada em conjunto: segundo seus exemplos, a prestação de auxílio à população carente no preenchimento de um formulário deste tipo levaria ao aumento dos beneficiados.

Frente ao segundo tópico, referente ao ponto da estigmatização, o estudo do Banco Mundial é mais pontual, com uma iniciativa um tanto quanto simples: defende que deve tornar necessário repensar alguns meios e até mesmo o nome de alguns programas. Isto ocorre, pois em muitos casos os beneficiários de um programa assistencialista acabam por receber um tratamento distinto, de forma negativa, dos prestadores do serviço ou até mesmo por aqueles ao seu redor, sendo que o próprio nome do programa pode ter influência sobre isso. Assim, como exemplo, o estudo indica a aceitação

pelo termo “famílias em ação” ao invés de “famílias necessitadas” em um programa, salientando, inclusive, uma faceta do efeito enquadramento.

O terceiro e último tópico defende a incorporação do contexto social do indivíduo no desenho de políticas públicas. Como exemplo, indica que muitas vezes o indivíduo, apesar de se encontrar em uma situação de pobreza, acaba por utilizar seus escassos meios financeiros para auxiliar parentes e amigos, sendo esta uma situação não abordada convencionalmente. Nesse sentido, entraria o fato de contas mentais, estabelecendo poupanças individuais (no caso de programas de auxílios financeiros) e tornando-as mais difíceis de serem compartilhadas. De forma mais extrema, o relatório sugere a possibilidade de se oferecer oportunidades para estes indivíduos se mudarem, evitando circunstâncias como a do exemplo, mas também o retirando do ambiente de pobreza e escassez, o que pode auxiliar no combate ao estigma.

O tópico de contexto social ainda possui outras perspectivas, sendo uma delas mais interessante: o fornecimento de um auxílio financeiro pode ser vinculado de acordo com o momento específico do contexto em que vive o indivíduo, buscando um momento ótimo para se realizar o depósito monetário, onde o indivíduo se encontraria menos vulnerável do que na situação em que normalmente ele se encontra. Isto fica mais claro no exemplo de pequenos agricultores que estão mais suscetíveis a realizar investimentos para o futuro ou para necessidades mais imediatas de acordo com a produção da safra. Portanto, segundo o relatório do Banco Mundial (2015), devem-se buscar os momentos mais oportunos para permitir a realização de decisões ótimas por parte desses indivíduos, de modo a quebrar o ciclo de perpetuação da pobreza. Neste sentido, para além de programas de transferência monetária, se faz importante a atuação de iniciativas de microcrédito, já existentes, mas que também podem se valer de algumas dessas novas ferramentas abordadas, pensando em contextos e comportamentos, individuais e sociais.

Outro princípio relativo aos estudos da economia comportamental, e que pode servir para se pensar em políticas de auxílio financeiro é o de fragmentar o pagamento; entende-se, por exemplo, que pagar ao indivíduo pequenas parcelas durante as semanas de um mês ao invés de efetuar o pagamento total em um dia específico poderia resultar em um melhor uso do dinheiro. Assim, portanto, se compreende que dar aos beneficiados certa quantia a cada duas semanas providenciaria gastos mais associados às suas necessidades e, também, menor endividamento, ao passo que o pagamento em uma única parcela pode acarretar em um gasto maior inicial e conseqüente escassez de dinheiro ao final de um mês, por exemplo.

## 2.2. Educação

No que diz respeito ao desenvolvimento de um país, a educação é, sem dúvida, um tópico de suma importância. Países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos devem buscar fomentar o investimento em capital humano, elevando os



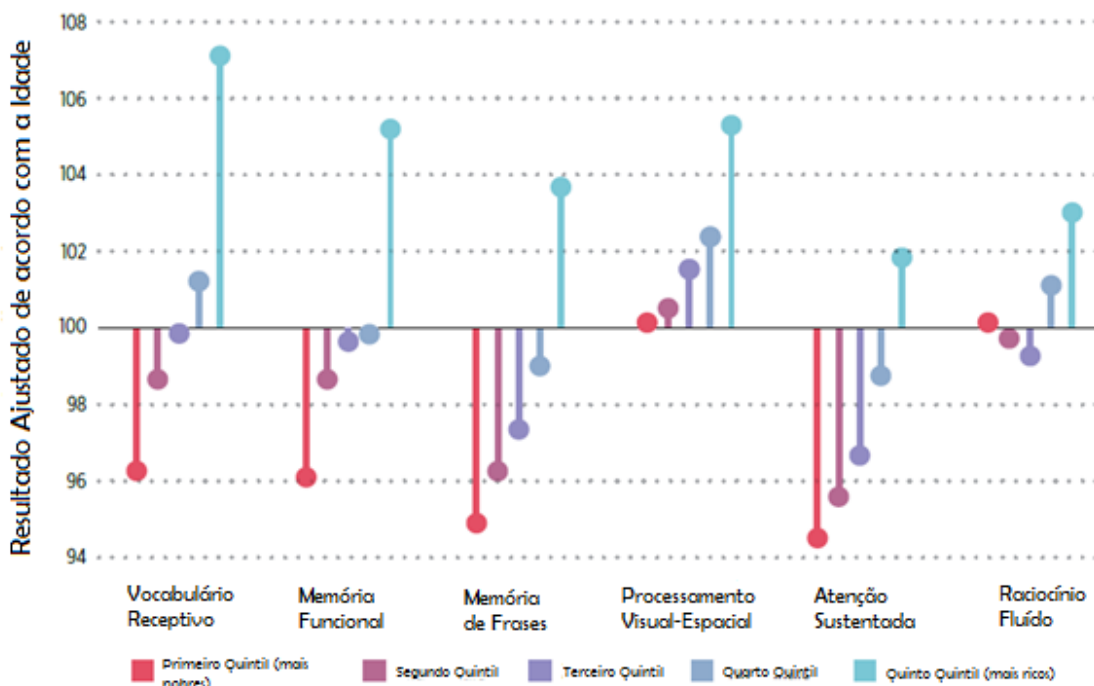
níveis de escolaridade e alfabetização, mas também ensino superior e especialização de suas populações. O que deve-se dizer é que investimento em educação apenas não resolve este problema; no Brasil o investimento aumentou nos últimos anos, porém ainda há diferenças significativas entre as regiões, principalmente em termos de permanência escolar, e também uma média de anos de escolarização inferior a outros países do mundo, segundo o PNUD (2014).

Ainda que no Brasil exista uma série de problemas referentes à educação que são mais objetivos, como falta de infra-estrutura e materiais escolares, a questão da evasão escolar, por exemplo, pode ser pensada através do ferramental encontrado dentro da economia comportamental. Aqui as vertentes estariam mais ligadas à psicologia, questões cognitivas e sociais, mas que ainda podem trazer novas formas de se pensar e trabalhar questões antigas.

Nesse sentido, o relatório do Banco Mundial (2015) pensa a questão da educação primeiramente nos termos da desigualdade, se aproximando do tópico da pobreza: aborda como um ambiente escasso, onde as necessidades e decisões podem levar a decisões sub-ótimas com efeitos mais negativos, pode acabar prejudicando até mesmo o desenvolvimento neural da criança em suas fases iniciais. Um estudo realizado em Madagascar ilustra esse fato, no qual é possível ver diferenças significativas nas chamadas habilidades prévias (conhecimentos de língua e outras em vertentes cognitivas e não cognitivas, por exemplo) entre crianças de mesma idade oriundas de classes sociais diferentes, como visto abaixo:

**Figura 7 – Variação entre habilidades prévias e classes sociais entre crianças**

Há gradientes socioeconômicos dentro de um conjunto de mensurações do desenvolvimento infantil em uma população vivendo em uma área de extrema pobreza do Madagascar. Há uma forte associação entre os resultados de riqueza e desenvolvimento infantil entre crianças da pré-escola. Mais importante, as maiores lacunas entre grupos socioeconômicos estão em vocabulário receptivo, memória e atenção sustentada. Domínios que são altamente preditivos do sucesso posterior em escola e resultados na fase adulta.



O cenário ilustrado acima abriria mais uma noção para a perpetuação da pobreza: investir somente em educação diretamente pode auxiliar na superação desta condição, porém, não deve ser o único ponto a ser abordado, sendo necessário também melhorar o ambiente em que pais e crianças se encontram. Assim, além das iniciativas mencionadas dentro do tópico de pobreza, o estudo do Banco Mundial também defende o estabelecimento de formas de auxílio e acompanhamento para pais e filhos, buscando reduzir essa distância existente nas habilidades iniciais infantis, mas também criando ambientes mais positivos, que acarretem em processos de decisão de pais e/ou responsáveis mais harmoniosos.

O estudo de Lavecchia, Liu e Oreopoulos (2014), que tem como objetivo formular propostas para a educação baseadas na economia comportamental, complementa esta análise: afirma que crianças e jovens têm uma perspectiva de decisão muito ligada ao presente em detrimento ao futuro, sendo que a educação, um gasto presente, mas com ganho futuro, uma vítima nesse processo. Isto ocorre porque o próprio desenvolvimento neural de pessoas dessa faixa etária não está ainda devidamente completo, o que acarretaria na busca por prazeres imediatos, inclusive com comportamentos propensos ao risco (principalmente nas fases da pré-adolescência e adolescência). Em ambientes onde há maior tentação em se procrastinar, essa tendência é ainda maior, segundo os autores.

No ambiente escolar também podem ser encontradas outras questões problemáticas para o desenvolvimento do indivíduo, ainda segundo Lavecchia et al. (2014): informações escassas, mas acompanhadas de um grande número de opções, como é o caso em muitos colégios norte-americanos em termos de grupos de estudos e atividades extracurriculares, podem sobrecarregar o aluno resultando em escolhas sub-ótimas. Ainda que esta situação não retrata a realidade das instituições escolares brasileiras, por exemplo, se faz possível pensar esta questão para outros tópicos, como a qualidade das escolas e também acerca da continuidade escolar do próprio aluno<sup>5</sup>. No ambiente escolar é que também se encontram questões sociais como o próprio comportamento social do aluno que, muitas vezes, possui problemas perante sua própria identidade ou mesmo perante grupos, havendo, portanto, uma faceta de influência social presente nesse sentido que pode levar a certas decisões e escolhas.

Lavecchia et al. (2014) reforçam o caráter defendido pelo relatório do Banco Mundial, falando da necessidade de se melhorar o ambiente de escolhas através de acompanhamento e auxílio para pais e crianças. Isto, por sua vez, aumentaria a interação entre eles e poderia reduzir os “custos cognitivos” derivados de escolhas que envolvem a educação.

Já em termos de evasão escolar, Thaler e Sunstein (2008) apontam para uma iniciativa norte-americana que teria como objetivo aumentar o número de alunos no ensino superior: para conseguir o diploma equivalente ao ensino médio seria necessário preencher um formulário correspondente à prova de acesso às universidades, o que acarretaria em um

---

<sup>5</sup> Nos termos, por exemplo, de prosseguir para o ensino superior: há muitos cursos no país e nem toda informação é suficientemente clara acerca da qualidade dos cursos (há diferentes métricas e metodologias). Além de que a nova reforma do Ensino Médio providencia ao aluno a possibilidade de escolher certas disciplinas optativas ou até mesmo um ensino técnico.

número maior de indivíduos com propensão a continuar seus estudos. Ainda que esta medida pareça mais proveniente de um paternalismo clássico, ela ainda cria essa propensão do aluno pensar acerca de suas escolhas futuras, o que por si só já pode acarretar em um ganho.

Essas medidas, apesar de parecerem mais pontuais, são, como já mencionado, ferramentas. Elas podem ser utilizadas juntamente de maiores investimentos, criação de melhores ambientes, seja em termos objetivos (como infraestrutura) ou subjetivos (como nos termos de acompanhamento de pais e filhos e etc). Algumas dessas concepções já parecem bem próximas do que é encontrado dentro do PBF, mas ainda pode se avançar mais, como será abordado adiante.

### **3. Aplicações comportamentais ao PBF**

O Programa Bolsa Família (PBF) surgiu oficialmente em 2004, tendo sido projetado a partir de projetos pilotos e também da incorporação de programas menores que existiam antes. Sua concepção primária seria a de uma renda básica universal, porém, foi modificado para possuir contrapartidas, sendo, portanto, um programa de renda condicionada. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o qual gerencia o programa, aponta que, em 2015, 13,9 milhões de famílias são signatárias do programa, que também conta com orçamento de cerca de 27,1 bilhões de reais.

O PBF funciona de acordo com um cadastro, chamado de CADÚnico, o qual as famílias signatárias também se inscrevem para outros programas sociais. Aquelas escolhidas recebem um benefício básico de 77 reais mensais, podendo haver também um benefício variável, o qual atende as famílias dentro do nível de extrema pobreza e pobreza com gestantes, nutrizes e crianças de 0 a 16 anos, de 35 reais, sendo que este pode ser acumulado em até cinco vezes por mês (total de 175 reais, portanto). Em termos de gestantes e nutrizes, este benefício é contado por um prazo: a gestante teria direito a nove parcelas do benefício variável, enquanto nutrizes teriam direito a seis parcelas. Para adolescentes (16 e 17 anos), há também um benefício variável de 42 reais por mês, porém, este apenas pode ser acumulado duas vezes (totalizando 84 reais). Há outra ressalva: famílias de extrema pobreza podem acumular o benefício básico, variável e o destinado a adolescentes até o máximo de 336 reais por mês.

Por se tratar de um programa de transferência de renda condicionado, há contrapartidas exigidas das famílias que recebem o benefício, havendo a possibilidade de bloqueio e até cancelamento caso as mesmas não sejam atendidas. São elas: a manutenção em dia da carteira de vacinação de crianças de 0 a 7 anos, a frequência mínima escolar de 85% para crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos, o comparecimento às consultas de pré-natal pelas gestantes de acordo com o calendário estipulado pelo Ministério da Saúde, a participação em atividades educativas pelas nutrizes promovidas pelo Ministério da Saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável e o acompanhamento da saúde de mulheres na faixa de 14 a 44 anos.

Tendo mais de uma década de funcionamento, o programa conta com ótimos resultados e até premiações, mas também não escapa de críticas: se por um lado há estudos indicando o aumento da utilização de Unidades Básicas de

Saúde (UBS) por famílias em regiões mais atendidas pelo Bolsa Família, redução na mortalidade infantil, aumento da permanência escolar, assim como a diminuição do nível de desigualdade (mensurado pelo índice Gini), por outro, há aqueles que compreendem que as contrapartidas do programa são insuficientes, que o auxílio é muito pequeno, assim como seria uma forma de instrumento de permanência política. Há também críticas envolvendo um “fator preguiça” pelos usuários, que ficariam confortáveis com o benefício e, portanto, não procurariam emprego, ainda que este fator já foi estudado, indicando ser uma falácia.

De qualquer forma, uma análise mais criteriosa de alguns pontos do programa pode indicar outros problemas e melhorias, ainda que nem todas poderiam ser abordadas neste trabalho. Tendo como base o próprio funcionamento do PBF, aspectos estruturais, tais como a oferta de uma infra-estrutura de serviços básicos adequada, são muito importantes, sendo uma faceta a qual os *insights* comportamentais não são efetivos. Pretendemos focar, portanto, nos pontos nos quais as ferramentas comportamentais podem ser úteis, seja acrescentando ao desenho institucional do programa ou então reforçando alguns dos pontos que já vem sendo trabalhados.

Isto é particularmente importante pois, a partir da compreensão da racionalidade limitada dos indivíduos, assim como do processo de tomada de decisão dos mesmos, se agregam novos fatores para se repensar o programa. No caso do PBF, isso é necessário, uma vez que a transferência de renda implica em aumentar as opções de escolha dos seus beneficiários, enquanto que as contrapartidas podem permitir aos *policy makers* introduzir novos aspectos para aumentar os bons resultados do programa, através da manipulação dos contextos de escolha nos níveis individual e social.

### 3.1. Percepção e Estigmatização do PBF

Um dos principais pontos indicados dentro das bases da economia comportamental é a percepção do indivíduo, dentro da questão de estímulos e respostas. Isto é observado dentro da teoria da perspectiva e do efeito enquadramento, mas também dentro de fenômenos práticos: a corrupção, por exemplo, segundo algumas pesquisas na área de comportamento, pode ser reforçada ou diminuída pela concepção que os indivíduos possuem acerca da funcionalidade dos sistemas punitivos, sendo que fatores externos, como a opinião pública e o contexto social, podem se tornar influentes na formação dessas concepções.

O PBF também entra nesse processo: há diversas críticas ao seu modelo, muitas vezes leigas, salientando que o programa traria um aspecto de comodidade aos seus beneficiários ao, por exemplo, “simplesmente dar um benefício”, desconhecendo as suas contrapartidas. Uma pesquisa de Castro et al. (2009) indicaria justamente este ponto; intitulada “Percepção sobre os Programas Federais”, se constatou o maior número de menções ao PBF, mas havendo discordâncias significativas perante os resultados objetivos do programa, assim como uma concordância perante as críticas mais gerais ao mesmo, como o fator comodidade. Essas percepções ainda variariam de forma significativa de acordo com a região do

país, sendo o Nordeste a região com indivíduos que possuiriam uma visão mais positiva do programa, enquanto o Sul se coloca como a região com maiores dúvidas e visão negativa acerca do programa.

Considerando os resultados positivos que o programa acumulou durante o seu funcionamento, boa parte de suas críticas pode ser embasada, portanto, em uma percepção errônea do mesmo, sendo que ainda há outra conclusão mais interessante, do ponto de vista comportamental: a percepção sobre o programa é muito mais positiva dentro do grupo de entrevistados que conhecem ou se encontram mais próximo a algum beneficiário, nos aspectos gerais e também específicos das contrapartidas.

Isto é particularmente importante, pois reforça o entendimento da economia comportamental, acerca de como experiências pessoais e o contexto social são influentes na formação de opiniões e tomadas de decisão. Para além disso, também indica um aspecto pelo qual governos podem se valer para retrabalhar a visão de seus programas, sendo o PBF também um possível beneficiário disso: indicar o contexto dos beneficiários de um programa social e levar isto ao conhecimento do público pode fazer com que o mesmo visualize de forma mais real e positiva o funcionamento daquela política, algo análogo ao que muitas campanhas de doação, por exemplo, realizam para conseguir seu financiamento.

Esta ideia é corroborada por um estudo dentro da área comportamental: Small et al. (2007) encontraram que há algum tipo de “heurística do afeto”, indicando que, no caso de programas de doação, os indivíduos são mais simpáticos e altruístas quando são confrontados com uma foto e até mesmo o nome de um possível beneficiário de uma doação. Uma ampliação desse estudo pode ser encontrada em Kogut e Ritov (2005) que analisaram os efeitos de identificação perante grupos e indivíduos isolados, indicando que as pessoas se tornam mais empatas e altruístas em situações onde um potencial receptor da doação é identificado (nome e foto, por exemplo).

Em termos do PBF, como indicado pela pesquisa de Castro et al. (2009), conhecer uma família beneficiária faz com que a opinião sobre o programa se torne mais positiva, portanto indicando a importância de se também estabelecer e construir relações de proximidade dentro dessa função de contexto social. Poder-se-ia pensar em campanhas indicando casos de receptores, individualmente ou então em grupos, vinculando-se imagens, de forma a estabelecer essa heurística do afeto. Obviamente que não se deve valer desse artifício amplamente: as críticas ao programa, desde que bem embasadas, são compreensíveis, inclusive de forma a aprofundar e ampliá-lo, mas também se deve falar da importância de se legitimar ainda mais o mesmo perante a sociedade brasileira, tendo em vista sua importância.

O estabelecimento de uma maior relação de proximidade entre os benefícios e a população brasileira em geral, auxiliando na melhora de percepção do programa, também pode auxiliar na questão da estigmatização. Considerando novamente os aspectos de crítica ao PBF, na compreensão de parte da sociedade brasileira de que os beneficiários, muitas vezes, se “acomodam” com o auxílio, se tornando uma massa dependente do governo, pode-se pensar que o efeito estigma também se encontraria presente no programa. Pode-se compreender que muitas famílias que estariam aptas a receber o benefício poderiam rejeitá-lo com o receio de serem marginalizadas em determinados contextos sociais, ainda mais ao se

considerar, como reforçado pelos estudos da economia comportamental, o quanto isso importa para a realização de certas decisões.

Assim, reforça-se a necessidade de trazer para mais perto do conjunto da sociedade a figura do beneficiário do PBF, ressaltando os impactos positivos do programa e indicando o quanto o mesmo seria responsável por tirar famílias de condições miseráveis em termos imediatos e até mesmo duradouros através das contrapartidas. Dessa forma, poderia se combater o efeito estigma, algo que se faz importante uma vez que, como indicado por Handler e Hollingsworth (1969), o mesmo também pode causar efeitos negativos a famílias já signatárias, que teriam uma tendência maior a agir de forma impulsiva, desligando-se do programa sem a devida melhora social e real da condição de vida de uma família, por exemplo.

### 3.2. Contrapartidas

As contrapartidas são os pontos mais importantes do PBF, se apresentando como um mecanismo de quebra do ciclo da pobreza a longo prazo, fornecendo melhores condições futuras aos indivíduos, mas também diminuindo o ambiente de escassez que os mesmos enfrentam pela condição de pobreza. Apesar desses pontos e, novamente, dos resultados positivos que foram apontados, pode-se afirmar que as contrapartidas também podem se valer de fundamentos comportamentais, melhorando ainda mais a situação das famílias beneficiárias.

Em termos dos objetivos perante a educação, pode-se agregar a concepção abordada da desvantagem inicial que crianças em condição de pobreza possuem, considerando que o PBF age em famílias que se encontram nas linhas de pobreza e extrema pobreza. Assim, mesmo que se considere as evidências de que a contrapartida exigida pelo PBF quanto à frequência escolar alta colabora para diminuir essa desvantagem, a implementação de alguma espécie de acompanhamento às famílias signatárias do programa poderia auxiliar no combate a essa distância inicial: segundo o relatório do Banco Mundial (2015), o auxílio presente a uma família de condição de pobreza, assim como o estabelecimento de uma relação mais próxima de pais e filhos, pode tornar o ambiente de escassez menos estressante, principalmente no que toca às decisões realizadas frente ao futuro, diminuindo os efeitos do desconto hiperbólico.

Além desse tipo de acompanhamento, que visaria melhorar o ambiente familiar e aproximar pais e filhos nos termos da educação, outra medida, ainda mais simples de ser posta em ação pode ser pensada: York e Loeb (2014), por exemplo, estudam o impacto da utilização de textos de celulares (o chamado SMS) para lembrar os pais acerca de questões da literatura infantil, providenciando maior atenção a esses pontos e estimulando maior aprendizado. Esses autores se utilizaram de um programa chamado “*Ready4K!*”, que visa difundir fatos e dicas de modo a incentivar pais a ler para seus filhos mais novos, compreendendo a importância desse aspecto para o aprendizado de uma criança. Pode-se falar ainda que este tipo de iniciativa diminui a distância entre pais e filhos, sendo uma intervenção de baixo custo e com fácil aplicação: no CadÚnico, por exemplo, sempre é pedido o número de telefone celular do indivíduo que está se cadastrando.

A iniciativa de se utilizar de mensagens de celulares também pode se mostrar importante no campo da saúde, outra contrapartida exigida pelo PBF. Um estudo promovido por estudiosos da área da saúde indicou que a utilização de lembretes através de mensagens SMS pode ampliar a aderência a certos tratamentos de saúde de longa duração (Raifman et al., 2014). Os autores dessa pesquisa indicam como exemplo um tratamento anti-malária em Gana, que se compunha de várias sessões, sendo que apenas o envio de alguns lembretes através do telefone móvel ampliou o número de indivíduos que completavam o tratamento, o que requeria a utilização de medicamentos e a realização de visitas médicas.

Nesse sentido, considerando que dentro do PBF a contrapartida exigida referente à saúde exige certa frequência em visitas médicas e vacinação, no caso de gestantes, nutrizes e crianças, estes lembretes atuariam do mesmo modo: poderiam ser enviados às famílias signatárias do programa indicando períodos de vacinação, informações acerca de consultas para gestantes e nutrizes, e até mesmo informações visando ampliar hábitos saudáveis. Dessa forma, portanto, seriam promovidas questões para se aperfeiçoar a vida dos beneficiários, auxiliando no processo da redução do estresse de um ambiente escasso.

Além disso, deve-se dizer que o PBF já conta atualmente com um aplicativo para *smartphones*<sup>6</sup>, no qual os indivíduos podem consultar o calendário de depósitos<sup>7</sup>, a situação do benefício e a localização das agências da Caixa Federal, onde são feitos os saques do benefício. Dessa forma, a utilização de mensagens visando ampliar a frequência e atenção às contrapartidas pode ser facilmente implementada e com pouco custo, uma vez que esta plataforma já existe, o que contribui ainda mais para a noção de um *nudge*.

### 3.3. Pensando e agregando à transferência de renda

Uma outra concepção que pode ser pensada no PBF no que toca as noções comportamentais diz respeito ao próprio aspecto da transferência de renda. À luz do que foi discutido previamente sobre a questão de racionalidade limitada e, considerando também suas implicações para as potenciais escolhas de um indivíduo em ambiente de escassez, há toda uma questão acerca da influência que o mesmo recebe de fontes externas, como o ambiente e a sociedade. No primeiro ponto, conforme mencionado pelo estudo do Banco Mundial (2015) existe a preocupação em se limitar a influência do ambiente de escassez nas escolhas individuais, porém, na segunda, há outros critérios: assim como há uma influência dos outros indivíduos e da sociedade, algo que pode ser usado para legitimar ainda mais o PBF e combater efeitos perversos como o da estigmatização, pode-se pensar também em como o próprio contexto social deve ser levado em conta.

---

<sup>6</sup>Para mais informações, consultar: <http://caixa.gov.br/atendimento/aplicativos/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

<sup>7</sup> Desde 2013, o Governo Federal já emitia mensagens SMS para os beneficiários do PBF acerca do calendário de pagamentos e outras informações.

Assim, um aspecto muito importante levado em conta pelo relatório e também por Mullainathan, é considerar a situação em que o indivíduo se encontra, assim, no caso de pequenos agricultores, por exemplo, receber um auxílio na forma de fertilizante tem mais efeito em determinado período do ano, sendo esta questão possível de ser ampliada para outros programas. No caso do PBF, por exemplo, onde se requer contrapartidas focadas em educação e saúde infantil, o pagamento dos valores aos beneficiários pode ser modificado de acordo com determinado período, visando, por exemplo, a compra de materiais escolares, no sentido do início de período letivo, ou então medicamentos, em termos de certos tratamentos médicos.

Além disso, há outro princípio interessante acerca de pagamentos: para além do período em que os mesmos seriam disponibilizados, pode-se pensar em fragmentá-los. Pensando nos limites do auto-controle dos indivíduos, como afirmam Datta e Mullainathan (2014), e considerando que os indivíduos, em ambiente de escassez, tendem a atribuir um valor muito maior ao presente do que ao futuro, nos termos do desconto hiperbólico, entende-se que os mecanismos de transferência de rendas podem ser melhor elaborados. Estes autores apontam, se utilizando de outros estudos, que os indivíduos, quando recebem certa quantia no começo do mês, tem a tendência a utilizá-lo amplamente de imediato, sobrando poucos recursos ao final do período. Assim, fragmentar um pagamento de uma quantia “grande” no começo do mês para metade no começo e outra metade no meio do período, pode levar a gastos mais eficientes por parte dos indivíduos, uma vez que isto reduziria a necessidade de auto-controle e combateria os efeitos do desconto hiperbólico.

Ao passo em que essa medida parece importante, deve-se, porém, problematizá-la um pouco: o atual pagamento do PBF, como abordado anteriormente, é pequeno. Assim, fragmentar este pagamento poderia resultar em complicações para a compra de quaisquer produtos, provocando eventuais endividamentos familiares ou até mesmo longos parcelamentos. Além disso, os custos administrativos e de deslocamento familiar seriam aumentados. Pensa-se, portanto, que esta noção deve estar alinhada, primeiramente, a um aprofundamento do programa social, com as devidas correções de valores e respeito à dignidade humana, para, então, levar em consideração mecanismos que facilitem ainda mais as escolhas das famílias e a superação definitiva da pobreza.

### **Considerações Finais**

Conforme mencionado na abertura deste trabalho, a área de Economia Comportamental é relativamente recente. No Brasil, seus estudos estão dando seus primeiros passos, sendo este trabalho mais uma tentativa de auxiliar nesse processo. Por mais que o objetivo inicial da economia comportamental tenha sido o de se estabelecer como uma crítica teórica, deve-se levar em conta a importância de sua expansão para a área prática, principalmente dentro do campo de políticas públicas.

Isto porque com o entendimento de racionalidade limitada dos indivíduos, haveria novas dinâmicas a serem consideradas no desenho de políticas, intervenções e regulações: o indivíduo possui recursos cognitivos escassos, é



influenciado por seus pares e pelo meio, principalmente através da sua percepção. Dessa forma, a elaboração de políticas através dos meios tradicionais pode não ser totalmente efetiva, encontrando barreiras que os *policy makers* não esperavam.

Cabe, porém, a crítica de que os próprios indivíduos que se encontram dentro dos campos institucionalizados e burocráticos também devem ser confrontados pela lógica da racionalidade limitada; entende-se como afirmativa a hipótese de que até mesmo os *policy makers* são sujeitos a heurísticas e vieses. Nesse sentido, por mais que se saia de uma lógica tradicional na elaboração de políticas, as mesmas podem não ser efetivas por este fator.

A economia comportamental não deve ser pensada, portanto, como uma “salvação” para a realização de melhores políticas e intervenções. Conforme defendido neste trabalho, a mesma é mais uma ferramenta, seja para a elaboração ou até mesmo para análise de políticas públicas, podendo ser utilizada de outras políticas, métodos e mecanismos. Assim, também se refuta a lógica de que a mesma pode formular, por si só, um espectro político conforme defendido pelo “paternalismo libertário”, sendo essa concepção apenas uma possibilidade de se indicar a lógica de uma política de baixos custos, que utiliza de aspectos comportamentais e pode ser facilmente evitada por aqueles que não a querem seguir.

O próprio PBF, por exemplo, se compõe como uma política pública de viés mais paternalista clássico, principalmente por ser do tipo de auxílio de renda, porém, segundo Cruz e Pessali (2011), o mesmo pode ser analisado através das ferramentas comportamentais: o auxílio em dinheiro é dado supondo que os seus signatários fariam escolhas racionais e ótimas, mas é reforçado por contrapartidas que visam diminuir o ambiente escasso e estressante. Dessa forma, por mais que haja a crítica de que um programa de *stamps* possa ser mais efetivo por direcionar o indivíduo para um gasto que esteja mais de acordo com sua necessidade, ao se frisar a importância de se promover saúde e educação, pode-se quebrar o ciclo da pobreza, o que já auxiliaria em escolhas melhores por parte dos indivíduos conforme defendido neste trabalho.

Este é mais um entendimento que auxilia no aspecto de análise advindo da economia comportamental para políticas públicas, para além do que foi proposto no texto. Compreende-se, portanto, que as “lentes comportamentais” sejam úteis para a elaboração e análise de políticas públicas, principalmente por trazer um lado mais humano: uma compreensão mais completa do indivíduo, como o mesmo realiza suas escolhas, o meio e seus pares também podem ser aspectos de uma economia mais plural, assim como de políticas mais efetivas.

## Referências

- AKERLOF, George A.; SHILLER, Robert J. **Animal Spirits**. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- BENARTZI, Shlomo; THALER, Richard H. **Save more tomorrow: Using behavioral economics to increase employee saving**. *Journal of Political Economics*, v. 112, n. 1, pt. 2, 2004.
- BERTRAND, Marianne; MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldan. **A Behavioral Economics View of Poverty**. *American Economic Review*, v. 94, n. 1, p. 419 – 423. 2004.
- BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Dados sobre o Bolsa Família**. 2015. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS). **Bolsa Família**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; WALTER, Maria Inez M. T.; SANTANA, Cora Maria Bender; STEPHANOU, Michelle Conceição. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. *Opinião Pública*, vol. 15, n. 2, pp. 333-355, 2009.
- CRUZ, Marcio José Vargas da; PESSALI, Huáscar Fialho. **Dar o peixe e ensinar a pescar: racionalidade limitada e políticas de combate à pobreza**. *Economia e Sociedade*, vol. 20, n.1, pp. 141-166, 2011.
- DATTA, Saugato; MULLAINATHAN, Sendhil. **Behavioral Design: A new approach to development policy**. *Review of Income and Wealth, Series 60*, n. 1, mar. 2014.
- GLEWWE, Paul; KASSOUF, Ana Lúcia. **O impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação**. Artigo vencedor do 2º lugar no Prêmio Nacional de Estudos sobre a Bolsa Família, 2008. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea\\_ImpactoBolsaFamilia-Premio.pdf](http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea_ImpactoBolsaFamilia-Premio.pdf)>, acesso em 14 de novembro de 2015.
- HANDLER, Joel F.; HOLLINGSWORTH, Ellen Jane. **Stigma, Privacy, and Other Attitudes of Welfare Recipients**. *Stanford Law Review*, vol. 22, n.1, pp. 1-19, 1969.
- JOHNSON, Eric J.; GOLDSTEIN, Daniel. **Do Defaults Save Lives?** *Science*, v. 302, 2003
- KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Julgamento sob Incerteza: Heurísticas e Vieses. IN: KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar: Duas formas de Pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012
- KOGUT, Tehila; RITOV, Ilana. **The “identified victim” effect: an identified group, or just a single individual?** *Journal of Behavioral Decision Making*, vol. 18, n. 3, pp. 157-167, 2005.
- LAVECCHIA, Adam M.; LIU, Heidi; OREOPOULOS, Philip. **Behavioral Economics of Education: Progress and Possibilities**. Working Paper 20609, National Bureau of Economic Research, 2014. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w20609>>, acesso em 15 de fevereiro de 2015.
- MOFFIT, R. **An economic model of welfare stigma**. *American Economic Review*, v. 73, pp .1023-1035, 1983.
- MULLAINATHAN, Sendhil. **Development Economics Through the Lens of Psychology**. 2006. Disponível em: <<http://environment.harvard.edu/about/faculty/sendhil-mullainathan>>, acesso em 20 de novembro de 2014.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 2014**. USA, 2014.
- RAIFMAN, Julia R. G.; LANTHORN, Heather E.; ROKICKI, Slawa; FINK, Gunther. **The Impact of Text Message Reminders on Adherence to Antimalarial Treatment in Northern Ghana: A Randomized Trial**. *PLoS One*, vol 9, n. 10. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0109032>> , acesso em 12 de dezembro de 2015.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMALL, Deborah A.; LOEWENSTEIN, George; SLOVIC, Paul. **Sympathy and callousness:** The impact of deliberative thought on donations to identifiable and statistical victims. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, n. 102, pp. 143-153, 2007.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família:** Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras. IPEA - Texto para Discussão nº 1424, 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4980](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4980)>, acesso em 16 de novembro de 2015.

SOUZA, Pedro Herculano G. F.; OSORIO, Rafael Guerreiro. O Perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. IN: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês. **Programa Bolsa Família:** uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

THALER, Richard H. **Some Empirical Evidence on Dynamic Inconsistency.** *Economics Letters*, vol. 8, pp. 201-207, 1981.

THALER, Richard H; SUNSTEIN, Cass R. **Libertarian Paternalism is not an oxymoron.** University of Chicago, John M. Olin Law & Economics Working Paper n. 185, 2003.

THALER, Richard H; SUNSTEIN, Cass R. **Nudge:** Improving decisions about Health, Wealth and Happiness. USA: Penguin Books, 2008.

WORLD BANK. **Mind, Society and Behavior.** World Development Report, 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2015>>, acesso em 8 de fevereiro de 2015.

YORK, Benjamin N.; LOEB, Susanna. **One Step at a Time: The Effects of an Early Literacy Text Messaging Program for Parents of Preschoolers.** National Bureau of Economic Research, Working Paper n. 20659, 2014. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w20659>>, acesso em 10 de dezembro de 2015.